



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência

Exmo. Senhor Chefe do Gabinete
De Sua Excelência o Presidente da Assembleia
Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Rua Marcelino Lima
9901- 858 Horta

S/Referência	S/Comunicação	N/Referência	Data
S/147/2022	13/01/2022	SE/2022/106	31/01/2022

ASSUNTO: Requerimento n.º 272/XII – (BE) pareceres à obra de construção de Bar/Balneários na Zona Balnear da Praia da Riviera

Em resposta ao requerimento referido em epígrafe, subscrito pelos Senhores Deputados António Lima e Alexandra Manes, do Grupo Parlamentar do BE, sem prescindir quanto ao teor dos considerandos, cumpre-me o Senhor Subsecretário Regional da Presidência de enviar, em anexo, cópia do solicitado, nomeadamente:

- Cópia do parecer da Direção Regional dos Assuntos do Mar;
- Cópia do parecer da Direção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos;
- Cópia do parecer da Capitania do Porto da Praia da Vitória.

Com os melhores cumprimentos,

Assinado por: **DUARTE MANUEL CARREIRO
PACHECO PIMENTEL**
Num. de Identificação: 06094670
Data: 2022.01.31 17:10:34-01'00'
Certificado por: **Governo Regional dos Açores.**
Atributos certificados: **Chefe do Gabinete do
Subsecretário Regional da Presidência.**





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Direção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos

Por correio eletrónico:

C/C: Serviço de Ambiente e Alterações Climáticas da Terceira

Exma. Senhora Presidente
Câmara Municipal da Praia da Vitória
Praça Francisco Ornelas da Câmara
9760 – 851 PRAIA DA VITÓRIA

Na resposta mencione o nº SAI-SRAAC. Em cada ofício trate um só assunto.

Sua referência:

Sua comunicação de:

Nossa referência:
SAI-SRAAC/2021/8735
Proc: 005.01.02/39

Data:
22/12/2021

**ASSUNTO: APOIO DE BAR E BALNEÁRIOS – PRAIA DA RIVIERA, SANTA CRUZ,
PRAIA DA VITÓRIA, TERCEIRA – CÂMARA MUNICIPAL DE PRAIA DA
VITÓRIA**

Relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, informa-se V. Exa. que, no âmbito das competências desta Direção Regional, perante o estipulado no Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha Terceira (POOC), publicado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 1/2005/A, de 15 de fevereiro, o local encontra-se inserido em Zona A – Uso Balnear – Zona Balnear da Praia da Riviera (ZB 4), no Plano Diretor Municipal da Praia da Vitória (PDM), publicado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2006/A, de 22 de fevereiro, e alterado pelo Aviso n.º 13899/2012, de 17 de outubro, classificado como Solo rural – Espaços naturais - Subespaço natural, e ainda inserido em área afeta à Reserva Ecológica (RE), na tipologia de Praias.

Face ao enquadramento exposto, e tendo em conta os elementos apresentados, para a categoria de POOC – Uso Balnear e considerando o artigo 67º do Regime jurídico da gestão das zonas balneares, da qualidade das águas balneares e da prestação de assistência nos locais destinados a banhistas (RJGZB), publicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 16/2011/A, de 30 de maio, informa-se que nos termos do Anexo I do RJGZB, e atendendo à capacidade de carga indicada no plano de praia do POOC (570 utentes), trata-se do Tipo 1 – Zona balnear de uso intensivo, pelo que poderá ser possível a implantação de um apoio balnear completo e um equipamento comercial (bar), de acordo com o RJGZB.

No entanto, o RJGZB não indica as áreas mínimas/máximas que o apoio de praia completo deverá cumprir, pelo que se aplica as áreas estabelecidas no Anexo I – Constituição e dimensionamento dos apoios de zona balnear do POOC.

Informa-se, ainda, que o local se encontra abrangido pela condicionante da RE, e de acordo com o artigo 20º do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (RJREN), aprovado pelo Decreto-Lei nº 166/2008, de 22 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto, conjugado com o seu Anexo II, são possíveis *Equipamentos e apoios de praia, bem como infraestruturas associadas à utilização de praias*, nos termos da alínea d) - VII – *Equipamentos, recreio e lazer*.

Assim, considerando os diplomas acima mencionados, informa-se que é possível o pretendido nos modos apresentados, cabendo, no entanto, à Direção Regional dos Assuntos do Mar (DRAM) a verificação do estipulado no RJGZB.

Alerta-se que o regulamento do PDM poderá não permitir, para o Subespaço natural, quaisquer obras de construção e de alteração da topografia, de acordo com o seu artigo 50º, cabendo à edilidade a sua verificação e compatibilização com este plano municipal de ordenamento do território.

Mais somos de informar que foi recebida nesta Direção Regional, através da Plataforma NaMinhallha, uma denúncia sobre as obras em causa, as quais estão sujeitas a parecer vinculativo dos nossos serviços, por



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Direção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos

estarem abrangidas pela área de intervenção do POOC e em área afeta à RE, pelo que as mesmas apenas deveriam ter tido início após a emissão de todos os pareceres positivos a que estão sujeitas.

Com os melhores cumprimentos,

O Diretor Regional

Assinado por: **EMANUEL BRUNO TEIXEIRA**
BARCELOS

Num. de Identificação: 12379323

Data: 2021.12.22 17:35:21-01'00'

Certificado por: **Governo Regional dos Açores.**

Atributos certificados: **Diretor Regional do**
Ordenamento do Território e dos Recursos
Hídricos.



S. R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
AUTORIDADE MARÍTIMA NACIONAL
DIREÇÃO-GERAL DA AUTORIDADE MARÍTIMA
CAPITANIA DO PORTO DA PRAIA DA VITÓRIA

N.º 058/C Processo: 060.01.01

Assunto: PEDIDO DE PARECER AMN – OCUPAÇÃO DPM – OBRA NA ZONA BALNEAR DA RIVIERA – MUNICÍPIO DA PRAIA DA VITÓRIA

Referência: Ofício SAI-DRAM/2020/1291, de 14 de outubro de 2020


Exmo. Senhor
Diretor Regional dos Assuntos do Mar
Dr. Filipe Mora Porteiro

Correspondendo ao solicitado no documento em referência, informo V.Exa. que, no âmbito das competências da Autoridade Marítima em matéria de segurança da navegação, preservação e conservação do meio marinho, proteção e conservação do domínio público marítimo, conforme estatuído na alínea b) do nº 8 do artigo 13º do Decreto-Lei n.º 44/2002, de 2 de março, na sua redação atual, e alínea f) do nº1 do artigo 15º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, a Autoridade Marítima Local - Capitania do Porto da Praia da Vitória, emite parecer favorável referente ao processo em epígrafe.

Com os melhores cumprimentos,

Praia da Vitória, 14 de outubro de 2020

O Capitão do Porto



Paulo João Leal Caneco
Capitão-de-fragata



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia
Direção Regional dos Assuntos do Mar

geral@cmpv.pt

c/c

capitania.pvitoria@amn.pt

Exmo. Sr. Presidente

Município da Praia da Vitória

Praça Francisco Ornelas da Câmara

9760-851 Praia da Vitória

Sua referência	Sua comunicação de	Nossa referência	Data
300.10.001/2020/19	13.10.2020	SAI-DRAM/2020/1310	
S/2020/922		SGC0060/2020/9400	
		Proc. 120.13.04/843	

ASSUNTO: Obra na zona balnear da Riviera, Município da Praia da Vitória

Relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, em resposta a uma solicitação de V. Exa. cumpre-nos informar que o local pretendido para a obra de construção de edifício de apoio à zona balnear da praia da Riviera está inserido na área de jurisdição portuária do Porto da Praia da Vitória, de classe A. De acordo com o Decreto Legislativo Regional nº 24/2011/A, de 22/08, que aprova o Sistema portuário dos Açores, conjugado com a Resolução do Conselho do Governo nº 161/2016, de 23/12, o porto em questão é administrado pela Portos dos Açores SA. Pelo exposto, cumpre-nos informar V. Exa. que o pedido de autorização para utilização do local para a intervenção em questão deve ser requerido à Portos dos Açores SA.

No âmbito das competências desta direção regional emite-se parecer favorável à construção de edifício com um piso na zona balnear da praia da Riviera, com funções de bar, esplanada, balneários, vestiários, arrecadação para material dos nadadores salvadores, alpendres e ainda acesso pedonal ao areal, mediante o cumprimento das seguintes condições:

1. Cumprir com os requisitos aplicáveis do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, na sua atual redação, que promove a acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida em zonas balneares;
2. Garantir que todas as águas residuais a produzir no novo edifício são alvo de tratamento adequado e que a descarga das águas residuais tratadas no meio natural não é foco de poluição do ambiente, em especial da água balnear;
3. Promover a reutilização das águas pluviais e garantir que a descarga das águas pluviais no meio natural não é foco de degradação do ambiente, em especial da água balnear;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia
Direção Regional dos Assuntos do Mar

- a) Adaptar a infraestrutura às características geoclimáticas do local, para facilitar o seu bom estado de conservação e funcionamento. Os materiais a utilizar devem ser duráveis, resistentes às intempéries e apropriados às condições locais;
- b) Reduzir ao mínimo a área a intervencionar bem como a mobilização do solo/areal, e valorizar a integração paisagística;
- c) Adotar boas práticas concretas ao nível da colocação de luminárias, direção/dispersão da luz, temperatura da cor da luz, etc., para reduzir a poluição luminosa e os seus efeitos negativos na saúde e no funcionamento dos ecossistemas, em especial ao nível das aves;
- d) Adotar medidas para a prevenção e correta gestão e encaminhamento dos resíduos gerados pela intervenção e assegurar que no término da obra que o local é deixado limpo, sem resíduos abandonados.

Mais se informa que foi consultada a Capitania do Porto da Praia da Vitória cujo parecer, classificado com o registo ENT-DRAM/2020/3129 se anexa para vosso conhecimento e devidos efeitos.

Informa-se ainda que deverão ser tidos em conta os instrumentos de gestão territorial aplicáveis para a área, nomeadamente o Plano de Ordenamento da Orla Costeira e o Plano Diretor Municipal, sob gestão, respetivamente, da Direção Regional do Ambiente e do Município da Praia da Vitória.

Enviando os melhores cumprimentos,

O Diretor Regional dos Assuntos do Mar

Assinado por: **FILIPE JORGE MONTEIRO DE MORA**
PORTEIRO

Num. de Identificação: 056565461

Data: 2020.11.02 18:36:02-01'00'

Certificado por: **Governo Regional dos Açores.**

Atributos certificados: **Diretor Regional dos**
Assuntos do Mar.



Anexo: ENT-DRAM/2020/3129